

## OFICINAS DE GÊNERO COM GRUPO DE ADOLESCENTES E MULHERES

Angélica Carlos Sebastião<sup>1</sup>

Larissa Brand Back<sup>1</sup>

Teresa Kleba Lisboa<sup>2</sup>

### Resumo

Esse artigo apresenta os resultados do Projeto de Extensão “Oficinas de Gênero com Grupo de Adolescentes e Mulheres” desenvolvido junto às comunidades do Mont Serrat e Jardim Zanelatto. De março à dezembro de 2008 foram trabalhadas quinzenalmente, Oficinas com diversas temáticas como “violência contra a mulher”, “corpo e sexualidade”, “modelos de família” e outras, através de dinâmicas que propiciaram a participação das adolescentes e mulheres com vistas à emancipação. A intervenção do Serviço Social junto aos Grupos mencionados proporcionou às acadêmicas, bolsistas de Extensão, sob orientação da coordenadora, vivenciar uma prática colocando o saber adquirido na Universidade a serviço das pessoas excluídas.

**Palavras-chave:** Relações de Gênero; Dinâmicas de Oficinas; Cidadania.

---

<sup>1</sup> Bolsistas de Extensão e Acadêmicas do Curso de Serviço Social da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina);

<sup>2</sup> Professora Doutora do Curso de Serviço Social da UFSC e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE.

## Introdução

O Projeto “Oficinas de Gênero com Grupo de Adolescentes e Mulheres”, desenvolvido nas comunidades de Mont Serrat e Jardim Zanelatto de março a dezembro de 2008, foi uma iniciativa do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social e Relações de Gênero – NUSSERGE e contou com a parceria do Fórum Lei Maria da Penha. Teve como principal objetivo despertar a consciência de adolescentes e mulheres sobre os seus direitos, e através de discussões e conversas abertas motivá-las a participar do processo de construção da cidadania com vistas à emancipação pessoal e política.

Para nós, acadêmicas do curso de Serviço Social, vivenciar a prática junto aos grupos nas comunidades de periferia, constituiu-se um grande desafio. Alicerçadas no Projeto ético-político de nossa profissão, tivemos como norte propiciar um espaço para as adolescentes e mulheres socializarem suas experiências e compartilharem questões ligadas às situações do cotidiano. Ao escutar suas demandas encaminhamos registros que se configuram como propostas de políticas públicas que garantam a proteção e manutenção dos seus direitos. Atuamos durante todo o projeto com o propósito de construir uma sociedade mais justa e livre de preconceitos, vislumbrando a possibilidade de minimizar os estereótipos que assombram as relações sociais.

Sob essa perspectiva analisamos que vivemos em uma sociedade complexa e contraditória que possui padrões de comportamento hierárquicos entre homens e mulheres, onde desde os primórdios, o sexo masculino é considerado superior. Essa problemática traz a tona situações que estão incrustadas no cotidiano de grande parte das mulheres, e se agrava quando os sujeitos reconhecem sua submissão diante de um padrão biológico que acaba por determinar o seu *locus*.

Partindo deste princípio nosso Projeto de Extensão lançou um olhar crítico sobre as dimensões que as relações de gênero ocupam em nossa sociedade, pois

As relações de gênero são construídas a partir das diferenças sexuais, portanto, não são naturais. São criações da Sociedade. Sendo o gênero, portanto uma construção social, ele não se representa sempre da mesma forma em todas as épocas e lugares... (GOUVEIA; CAMURÇA, 2000, pág. 12).

Os papéis atribuídos aos homens e mulheres são conseqüências dessa construção histórico-cultural que se configura com base nas relações de poder. Segundo Foucault (1998)

onde há exercício de poder, há resistência. A resistência acontece quando as mulheres também se rebelam em função da opressão, utilizando estratégias que as tiram da posição de vítimas.

Conforme Louro (1997) é preciso desconstruir o “caráter permanente da oposição binária masculino-feminino”. Essas dicotomias são percebidas constantemente nas experiências do cotidiano e, através do Projeto trabalhamos com a perspectiva de desconstruir essa “oposição binária” que perpassa as relações de gênero. Através das Oficinas, cada qual com um tema gerador, proporcionamos às participantes uma aproximação do exercício do poder de decisão e autonomia sobre suas vidas. Estimulamos as mulheres e adolescentes a lutarem por seus direitos, indo ao encontro do verdadeiro sentido de cidadania, ou seja, deixamos claro que a cidadania vai além de um conjunto de direitos, e se concretiza justamente através da participação e da experiência partilhada gerando idéias comuns em um determinado grupo.

## **Material e Métodos**

Para concretizar esse Projeto realizamos contato com o Fórum Estadual Lei Maria da Penha, com a Assistente Social do Colégio Municipal e Marista de São José e com a Assistente Social do Centro Social Marista no Mont Serrat. Agindo conjuntamente agendamos as reuniões primeiramente na Comunidade do Mont Serrat e posteriormente no Jardim Zanelatto. No primeiro encontro, expomos nossa proposta de trabalho, bem como, fizemos um levantamento sobre as demandas de cada comunidade para assim planejarmos cada reunião de acordo com as necessidades apontadas democraticamente.

Procuramos trabalhar com um material didático variado usando diferentes mecanismos para tornar cada oficina atraente e instrutiva. Utilizamos material áudio-visual como: documentários, músicas, reportagens de revistas e jornais, dinâmicas que empregavam materiais como argila, tinta-guache, cartolinas e colagens.

A Oficina sobre a Lei Maria da Penha teve a participação especial do Juiz Vilson Fontana e da coordenadora do Fórum Lei Maria da Penha, a Assistente Social Valéria Carvalho que na ocasião apresentaram a Lei e explicaram as principais dúvidas das participantes. Durante a Oficina, muitas integrantes relataram casos de violência sendo vítimas ou próximas de tais. Exercendo nosso compromisso com a profissão, como

operadoras de direitos, procuramos divulgar a Lei uma vez que muitas das integrantes já tinham ouvido falar sobre ela, porém não sabiam ao certo sua viabilidade.

Ao apresentarmos o tema sobre Auto-Estima realizamos a dinâmica do espelho, ou seja, colocamos um espelho dentro de uma caixa de presente, e cada pessoa ao abri-la visualizava sua imagem! Enfatizamos que o que havia dentro da caixa era um presente muito especial, o que de mais rico uma pessoa pode desejar: a vida espelhada em cada ser humano. Muitas mulheres ficaram surpresas e até emocionadas com o que viram dizendo: “É muito diferente se olhar nesse espelho, a gente se olha todo dia e nem nota que somos um presente”; “Sempre que eu me olho no espelho eu digo que me amo. Foi assim que eu consegui sair da depressão”. Nessa mesma oficina também trabalhamos com a dinâmica do novelo de lã, que teve a intenção de elevar ainda mais a auto-estima dos participantes, reforçando a confiança e o sentimento do grupo, contribuindo para que todos se conhecessem melhor.

Na Oficina sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis convidamos a Assistente Social do GAPA – Grupo de Apoio a Prevenção a AIDS – Aline que sintetizou as principais doenças através de figuras e posteriormente de uma forma bem descontraída demonstrou a utilização dos métodos preventivos e os distribuiu para os participantes.

Para discutirmos as categorias Preconceito, Discriminação, Racismo, Segregação, Intolerância, Machismo/Feminismo e Homofobia, levamos revistas para recorte, cola e papel, pois a intenção da dinâmica era que os participantes recortassem das revistas situações que explicitavam umas das categorias citadas. Ao indagarmos sobre as figuras, muitos participantes relataram fatos pessoais que vivenciaram, uma integrante, diante da figura de um homem de terno e gravata, ressaltou: “Quando o homem aparece, seja na televisão, revistas ou jornais, ele sempre está bem vestido e com carros, e as cenas mais frequentes de mulheres é ela em casa de avental e com dois filhos pendurados na saia..”. Outros retrataram a discriminação e o preconceito: “Eu trabalhava na polícia, mas tive que mudar de setor, pois desconfiavam que eu pudesse levar informações do meu trabalho para a minha comunidade”; outro depoimento: “Uma vez quando eu peguei um táxi e pedi para ele subir o morro, antes de entrar no carro, o motorista exigiu que eu mostrasse o dinheiro do pagamento antes de me levar”. Diante de figuras de mulheres magras e bem vestidas, uma integrante colocou seu ponto de vista, “estilistas: lembrem-se de nós gordinhas, também queremos ficar na moda, queremos ser sexy, o nosso dinheiro vale o mesmo que dos magrinhos”.

Na oficina sobre Corpo e Sexualidade cada integrante recebeu um bloco de argila, pedimos para que elas modelassem seu corpo. Percebemos que muitas mulheres ainda tem

vergonha de retratar suas curvas e muito “tabu” em relação aos órgãos genitais. Outras se modelaram utilizando pedaços de jornal para simbolizar a vestimenta. Pouquíssimas mulheres produziram sua imagem real na argila, o que demonstra que a maioria delas ainda tem dificuldades em relação ao seu corpo e a sua sexualidade. Salientamos que a sexualidade precisa ser vista como algo natural, deixando de ser um Tabu. Falamos sobre a importância da desconstrução dos papéis atribuídos a sexualidade feminina, a mulher precisa reconhecer que possui vontades próprias, ter autonomia sobre seu corpo, conhecer seus direitos reprodutivos, só assim ela poderá amar-se e respeitar-se.

As Oficinas aconteciam a cada 15 dias, nas terças-feiras a partir das 19h com duração de aproximadamente 2 horas. O Grupo formou-se com pessoas que se identificavam com as temáticas e contribuía com a discussão através de depoimentos, experiências e saberes. O debate fluía naturalmente fazendo com que as oficinas tornassem-se espaços de amizade, respeito e confiança mútua.

Outros temas trabalhados foram: Aborto, os direitos da mulher estabelecidos pela ONU; Direitos dos Idosos e Aposentadoria; Modelos de Família; e ao final do semestre realizamos uma Oficina de Avaliação seguida de uma Confraternização.

## **Resultados e Análise**

No decorrer do projeto percebemos que os resultados foram adquiridos gradativamente frente às questões abordadas. As participantes que compareciam às Oficinas socializavam experiências e constataavam assim que não estavam sozinhas em relação a determinados problemas como: a violência intra-familiar, discriminação, seus atuais modelos de família, seu corpo entre outros. Sentiam-se mais seguras e motivadas para enfrentar a realidade e lutar pelos seus direitos. Frases como: “O homem não bate porque bebeu, porque senão ela já começaria batendo no dono do bar, ele bate para mostrar que manda”, ficaram marcadas para reflexão. A Oficina sobre violência, na qual contamos com a participação do Juiz Vilson Fontana para interpretar a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) teve resultados muito positivos na medida em que oportunizou às mulheres a exporem suas dúvidas. O Juiz foi extremamente didático na sua intervenção pois conscientizou e esclareceu as mulheres sobre seus direitos em relação à violência doméstica.

Segundo a Lei Maria da Penha Art 5º (BRASIL, 2006) “...configura-se violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” tem manifestado um problema mundial que demonstra a tamanha desigualdade entre os sexos, permeados por autoridade, privilégios e domínio”.

Essa violência foi visivelmente percebida nos diversos depoimentos das integrantes como, por exemplo, “Eu conversava com as pessoas e todo mundo dizia que ele era um cara trabalhador e que essas brigas eram normais, ele me torturava muito e torturava meus filhos também, um dia eu cheguei em casa e meu filho tava todo cheio de manchas vermelhas, meu marido tinha tentado estrangular ele, mas a gente vai adiando na esperança de que vai melhorar”. Comentamos que a maioria dos agressores são pessoas aparentemente boas e de fácil convívio e isso acaba se tornando uma grande cilada, pois a situação geralmente se agrava e foge do controle.

Outro resultado muito importante foi o fato de publicizarmos os mais diversos direitos das mulheres, os direitos estabelecidos pela ONU, direitos previdenciários, direitos reprodutivos enfatizando a importância de lutarem pela sua cidadania. Uma integrante enfatizou o uso de anticoncepcional: “A Igreja proíbe a pílula mas se não toma, fica cheia de filhos e quem vai cuidar? O Padre?”.

Através da participação e dos depoimentos ressaltados em cada Oficina, e principalmente na Dinâmica de Avaliação constatamos possibilidades de empoderamento e emancipação das Mulheres frente às demandas do cotidiano.

Conforme Lisboa (2007),

O empoderamento é um processo pelo qual pessoas ou comunidades criam o seu próprio espaço vital, e a partir dele aprendem a lidar criativamente com situações problemas e em função de suas necessidades básicas; o enfoque é centrado na força e na capacidade das pessoas de descobrir e desenvolver suas capacidades para vencer e superar seus problemas tanto individuais como sócio-estruturais.

Ainda que um processo de mudança leva tempo para se concretizar, sentimos através das falas das mulheres que o primeiro passo já foi alcançado como podemos constatar através dos depoimentos: “Somos trabalhadoras, domésticas, amantes, mulheres e mães”; “Aprendi muita coisa agora sei o poder que tenho”; “Eles só percebem quando a gente não está em casa quando o almoço não está pronto, a rotina deixa as pessoas assim. Nós mulheres temos a nossa

rotina, mas temos que ter preocupação conosco, temos que nos querer bem, e nos amar acima de tudo”.

### **Considerações Finais**

A realização das Oficinas proporcionou um trabalho integrado entre o curso de Serviço Social da UFSC, ONGs, Movimentos Sociais envolvidos nas temáticas abordadas e moradores das comunidades.

A intervenção do Serviço Social junto aos Grupos de Mulheres das Comunidades de periferia proporcionou a nós acadêmicas bolsistas de Extensão, sob orientação da coordenadora, vivenciar uma prática colocando o saber adquirido na Universidade a serviço das pessoas excluídas, que segundo Sposati:

A exclusão social é a impossibilidade de poder partilhar, o que leva a vivência da privação, da recusa, do abandono e da expulsão, inclusive com violência, de um conjunto significativo da população. Por isso é uma exclusão social e não pessoal. (...) A exclusão social é aqui entendida como uma situação de privação coletiva que inclui pobreza, discriminação, subalternidade, a não-equidade, a não-acessibilidade, a não-representação pública como situações multiformes. (1996, p. 67).

A experiência proporcionada pelo projeto estabeleceu a mediação entre os instrumentos teórico metodológico e éticos-políticos da profissão. Dessa forma à guisa de conclusão salientamos a importância de Projetos de Extensão que visam estabelecer uma relação da comunidade com a academia, pois é através dessas experiências que conseguimos exercer a práxis profissional.

### **Referências**

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha, Título II, Capítulo I, Art. 5º. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 8 ago. 2006. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm)>.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 1998. Rio de Janeiro, Graal, p.15-37.

GOUVEIA, T.; CAMURÇA, S. O que é Gênero. **Cadernos SOS Corpo**. Recife. Editora UTE Feldmann. 2000.

LISBOA, T. K. Trabalho apresentado no II Seminário Nacional “**Movimentos Sociais, Participação e Democracia**”, UFSC, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação**. Petrópolis: Editora Vozes. 1997.

SPOSATI, A. Globalização da Economia e Processos de Exclusão Social. In. **Cadernos da Programação da Capacitação em Serviço Social e Política Social**. p. 61-76. 1996.